



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LEONARDO LOPES DE MENDONÇA

**As políticas antidrogas dos Estados Unidos na América
Latina: Bolívia e Colômbia em perspectiva comparada**

**Brasília-DF
2016
LEONARDO LOPES DE MENDONÇA
12/0179318**

As políticas antidrogas dos Estados Unidos na América Latina: Bolívia e Colômbia em perspectiva comparada

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Banca examinadora

Professor Dr. Carlos Eduardo Vidigal – HIS/UnB

Professor Dr. Virgílio Arraes – HIS/UnB

Professor Dr. Tiago Gehre – IREL/UnB

Brasília, Dezembro de 2016

Resumo

O presente estudo teve por norte abordar a questão da ingerência dos Estados Unidos da América na América Latina por meio das análises dos acordos bilaterais com Bolívia e Colômbia denominados Plano Dignidade e Plano Colômbia, respectivamente. A proposta destes constituía em reprimir o narcotráfico e, de forma secundária, auxiliar na melhora da qualidade de vida das comunidades afetadas pelas atividades do narcotráfico. No entanto, as duas nações sul-americanas trilharam caminhos diferentes desde a implantação das ações preconizadas nos acordos (início da década de 2000) que se estenderam ao ano de 2015. Enquanto na Bolívia, o governo Morales rompeu com as diretrizes norte-americanas e tem tratado da questão das drogas como política interna, a Colômbia, ainda atrelada ao Plano Colômbia, busca maior autonomia para solucionar o embate com a guerrilha e, conseqüentemente, enfraquecer os narcotraficantes. Sob tais aspectos, a pesquisa apontou para uma diminuição do poder de ingerência dos EUA na região ante a presença de governos, partidos e movimentos sociais contrários ao tradicional intervencionismo estrangeiro.

Palavras-chave: Estados Unidos da América; Bolívia; Colômbia; Plano Dignidade; Plano Colômbia.

Agradecimentos

À minha mãe, dona Mara, por investir e acreditar em mim incondicionalmente.

À minha esposa, Larissa, que sempre me apoiou e me ajudou a superar todas as dificuldades ao longo do curso.

Aos meus amigos, reunidos na saudosa figura de Edmundo Almada. Tenho certeza que ficaria muito feliz com minha conquista.

Aos meus professores que deram suporte ao meu aprendizado e despertaram em mim o amor pela História.

Ao meu orientador Carlos Vidigal, que sempre teve comigo a paciência de um verdadeiro mestre.

Lista de Abreviaturas

ALCA	- Área de Livre Comércio das Américas
CIA	- <i>Central Intelligence Agency</i>
DEA	- <i>Drug Enforcement Administration</i>
ELN	- Exército de Libertação Nacional
FARC	- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
EUA	- Estados Unidos da América
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FTC	- Força Tarefa Conjunta
ONU	- Organização das Nações Unidas
UMOPAR	- Unidade Móvel de Patrulha Rural
UNODC	- <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Introdução	07
Capítulo 1	12
Bolívia: do Plano Dignidade ao Estado Plurinacional	
Capítulo 2	18
Colômbia: do Plano Colômbia aos novos horizontes	
Capítulo 3	24
Plano Dignidade e Plano Colômbia em perspectiva comparada	
Conclusão	27
Fontes Primárias	30
Bibliografia	31

Introdução

Após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados, a fim de garantirem o expansionismo, priorizaram o discurso de ajuda aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e o combate ao terrorismo. Neste sentido, a América Latina, nos últimos anos da década de 1980, testemunhou o avanço das políticas de integração continental capitaneadas pelos norte-americanos e que pretendiam abarcar a América Latina em um grande bloco econômico sob sua liderança. A região, em começos da década de 1990, mostrava-se promissora quanto ao crescimento de seu mercado consumidor, e os EUA não queriam perder o posto de principal abastecedor daquele mercado. Sobre a questão, Luiz Alberto Moniz Bandeira (2005), em *Formação do Império Americano*, afirmou que alguns estudos de projeção econômica estadunidenses apontavam que em 2010, a América Latina absorveria mais exportações norte-americanas que Europa e Japão juntos, o que explica a tentativa, por parte de Washington, em acelerar os debates para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

A ALCA foi idealizada no começo da década de 1990, sendo a primeira grande tentativa de abertura dos mercados latino-americanos aos produtos dos EUA no pós-guerra fria. Tal proposta foi “engavetada” somente em 2005, após a reunião da Cúpula das Américas. Com a resistência dos países latino-americanos à investida norte-americana em protagonizar um bloco continental, a estratégia encontrada foi a busca de planos de atuação bilateral. Os Planos Dignidade (1997) e Colômbia (1999) são exemplos para a compreensão do avanço da influência dos norte-americanos na região para o período.

Bolívia e Colômbia, tradicionais nações produtoras de coca – matéria-prima da cocaína – e por estarem vivenciando, em seus territórios, o aumento do poder econômico do narcotráfico, que ameaçava e rivalizava com o poder do Estado, encaixaram-se perfeitamente no discurso norte-americano de implementação de políticas de ajuda e no fortalecimento destes no combate ao narcotráfico. No discurso, os planos supramencionados englobavam outros aspectos além da questão das drogas: visavam melhorar as políticas públicas e, conseqüentemente, elevar a qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo, aqueles que dependiam da produção de coca. No entanto, a forma como a ajuda se dava não contemplava as expectativas dos mais pobres. Para exemplificar, quando da assinatura do Plano Colômbia, os EUA comprometeram-se em

enviar aproximadamente US\$ 600 milhões por ano ao país andino, sendo que, deste montante, 80% deveria ser empregado na compra de equipamentos de segurança e contratação de agentes de segurança, e apenas 20% poderiam ser investidos em políticas de ajuda econômica e social (ROJAS, 2013).

Desde o governo Richard Nixon (1969-1974), os EUA encaram a questão das drogas como assunto de Estado. No entanto, as políticas antidrogas entraram definitivamente na pauta da política exterior de Washington somente na década de 1980. Para Moniz Bandeira (2005), a preocupação norte-americana em fortalecer o combate ao terrorismo internacional e agregar-lhe a luta contra o narcotráfico justamente quando da anunciada derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS constituiu-se em estratégia para manter os vultosos investimentos em tecnologia militar e inteligência. Tal estratégia foi capaz de promover um aumento nas despesas militares sem precedentes em tempos de paz; os gastos saltaram de US\$ 146,7 bilhões, em 1980, para US\$ 293,6 bilhões, em 1987 (BANDEIRA, 2005).

Para manter o altíssimo gasto com produção bélica e a intrincada relação com a indústria da guerra, os EUA não poderiam abrir mão de seu constante estado beligerante. Mesmo com o colapso do tradicional pretexto (a URSS) para o expansionismo, as guerras e invasões deveriam continuar. Assim,

O narcotráfico internacional apareceu como nova ameaça e constituiu o pretexto para o presidente Bush ordenar, em 20 de Dezembro de 1989, a *Operation Blue Spoon* (depois denominada *Operation Just Cause* pelo secretário de defesa Dick Cheney), ordenar a maior mobilização de tropas no exterior (cerca de 25 mil soldados), desde a guerra no Vietnã, para intervir no Panamá. O objetivo foi testar, em um cenário contemporâneo, o planejamento e a execução conjunta de operações de contingência em países menos desenvolvidos, embora visasse, oficialmente, a prender o chefe de governo do Panamá, o General Manoel Antônio Noriega (que também fora criatura e agente da CIA), acusado de tráfico de drogas, a fim de julgá-lo em tribunal de Miami, nos Estados Unidos (BANDEIRA, 2005, p. 484).

As infiltrações de agentes de espionagem e segurança dos EUA em países da América Latina para defender os interesses de suas empresas são conhecidas. No entanto, para continuar justificando sua “ajuda” em solo latino-americano, criou-se um inimigo ainda mais genérico que o comunismo internacional: o terrorismo e o narcotráfico, que, somados, constituem o termo “narcoterrorismo”. Logo, os norte-americanos aumentariam sua presença na região sob a bandeira da luta contra as drogas, além de pautar suas relações com países pobres da porção sul do continente por critérios ainda mais impositivos que em épocas de guerra fria (ROJAS, 2013). As relações com

países produtores de coca passaram a depender da avaliação unilateral dos quadros do governo norte-americano, que os classificavam em três categorias, a saber:

1. *Países certificados, sin otras consideraciones: Son países que han demostrado un compromiso serio en la lucha antidroga y han cumplido con todos los requisitos dados por la política antidrogas.*
2. *Países certificados por razones de interés nacional: son países que no han cumplido con todos los requisitos de la política antidrogas, pero por razones políticas, económicas o estratégicas son de interés para Estados Unidos.*
3. *Países descertificados: Son países que no demuestran un compromiso serio con la lucha antidroga y no cumplen con los requisitos de la política antidrogas* (ROJAS, 2013, p. 11).

Ao analisar os critérios que determinam o grau de ajuda dos EUA aos países produtores de coca, é possível perceber que, na perspectiva estadunidense, estes se resumem à sua relação com a coca, relegando a segundo plano outros aspectos como econômicos, sociais e culturais. O fracasso das negociações pela ALCA conduziram os norte-americanos a uma nova estratégia expansionista, segundo Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novión (2005, p. 42):

Para vencer este impasse (negociações sobre a ALCA), outras medidas simultâneas foram lançadas, como o chamado “mínimo-comum” ou a integração plurilateral ou bilateral. Esta diferenciação plurilateral/bilateral serve como forma de visualização das diferenças entre as partes. Embora elaborado em outras condições, lembra o velho modelo mercantilista, entre a metrópole e suas colônias. Enquanto aquela estabelecia uma relação plurilateral com suas colônias referentes a seus interesses, estas funcionavam de forma bilateral com a metrópole. Uma sorte de “pacto colonial pós-moderno”. Esta relação tem minado ao longo dos anos a plurilateralidade das “colônias”, tornando suas negociações e acordos ineficientes e frágeis devido às pressões e interesses da “metrópole”.

A estratégia estadunidense, sob este aspecto, evidencia que a América Latina não perdeu sua importância como espaço de influência dos EUA. Os acordos bilaterais facilitam as pressões de eixo centro-periferia. Assim, torna-se relevante a análise das mudanças ocorridas a partir de meados da década 2000. Com a ascensão de governos de esquerda na América do Sul, os acordos bilaterais entre estes países e os EUA foram repensados, reestruturados ou abandonados, o que demonstra uma nova conjuntura geopolítica na região.

Sob este prisma, a análise comparada da trajetória dos acordos de cooperação bilaterais entre Bolívia-EUA e Colômbia-EUA (Plano Dignidade e Plano Colômbia, respectivamente), tem o objetivo de esclarecer como aquelas nações sul-americanas tratam as questões que envolvem o poder de ingerência/influência norte-americana em

seus domínios. Fontes primárias, como, por exemplo, as leis antidrogas e os acordos de cooperação assinados entre os países pesquisados são as bases para a análise aqui empreendida, além de artigos e estudos referentes ao tema, que também contribuem para melhor compreensão do processo.

A presente pesquisa partiu do seguinte pressuposto: o Plano Dignidade e o Plano Colômbia serviram mais ao propósito de aumentar a presença norte-americana nos territórios de Bolívia e Colômbia do que erradicar ou ao menos diminuir o narcotráfico. Logo, as pesquisas de Marcelo Santos (2007) foram de grande valia. Na obra *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria* têm-se um quadro de dependência daquelas nações aos interesses de Washington:

A própria estratégia norte-americana contribui para este quadro, quando privilegia as ações repressoras militares e policiais e negligencia os aspectos fundamentais, que envolvem o avanço do narcotráfico na região, tais como: as profundas desigualdades sociais, políticas e econômicas destas sociedades; a ausência de projetos econômicos e sociais que possam tirar a maior parte dessas populações da situação de desemprego, fome e miséria; as políticas protecionistas dos países centrais que dificultam o acesso de produtos agrícolas dessas regiões aos seus mercados; as políticas de liberalização e abertura dos mercados dos países andinos, que tornam os esforços agrícolas alternativos inviáveis diante da concorrência externa; os ajustes ortodoxos e geradores de desemprego do FMI; a exploração das riquezas naturais desses países por corporações transnacionais; etc. (SANTOS, 2007, p. 202).

Marcelo Santos (2007) buscou extrapolar a questão das drogas nos países analisados e ampliar a problemática de privilegiar a repressão sem antes atentar para problemas estruturais que permeiam Estados pobres mundo afora. O capital internacional, que tem nos EUA seu maior representante no continente, por meio de seus mecanismos de “ajuda”, promove a perpetuação da condição de dependência nos países tidos como periféricos. A possível mudança nesta relação atenta para novas perspectivas para aquela região. A política antidrogas na Bolívia tem apresentado, após a chegada de Evo Morales à presidência, sinais de novos paradigmas para resolver a questão. Mesmo na Colômbia, tradicional parceiro e defensor dos interesses norte-americanos na região, é perceptível certo desgaste quanto aos resultados de décadas de obediência aos ditames de Washington.

Diante do exposto, analisar a presença norte-americana sob os vieses dos acordos bilaterais de combate às drogas entre os países andinos, especificamente Bolívia e Colômbia com os EUA, em perspectiva comparada, mostra-se plausível. A utilização do método comparativo permite uma análise mais detalhada sobre a questão do combate

às drogas naquelas nações por sua proximidade histórica, política e geográfica. Maria Lígia Coelho Prado (2005, p. 17) cita Marc Bloch para descrever o que seria a forma mais adequada para empregar o método comparativo, onde certas premissas devem ser observadas:

O método comparativo supunha determinados procedimentos, a começar pela escolha de seu objeto. Para Bloch, deviam-se escolher dois ou mais fenômenos que parecessem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre eles, em um ou vários meios sociais diferentes; em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicá-las à luz da aproximação entre uns e outros. De preferência, propunha estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, sociedades sincrônicas, próximas umas das outras no espaço. A leitura criteriosa das bibliografias deveria induzir à formulação de questões e problemas novos, permitindo discernir “as influências” exercidas por uma sociedade sobre a vizinha. Concluía que “submetidas, em razão de sua proximidade e de seu sincronismo, à ação das mesmas grandes causas” seria possível “remontar, pelo menos parcialmente, a uma origem comum”.

A estrutura da presente pesquisa se deu em três capítulos. O primeiro, intitulado *Bolívia: do Plano Dignidade ao Estado Plurinacional*, trata sobre a trajetória boliviana de combate ao narcotráfico inserida em um contexto de profundas mudanças sociais, a relação com os EUA e o atual entendimento do governo Evo Morales sobre as questões das drogas e do narcotráfico. O segundo, intitulado *Colômbia: do Plano Colômbia aos novos horizontes*, versa sobre a tradicional aliança colombiana com os interesses dos EUA na região e apontamentos que sinalizam para um possível enfraquecimento desta intrincada relação. E o terceiro, intitulado *Plano Dignidade e Plano Colômbia em perspectiva comparada*, traz a perspectiva comparada do combate às drogas nos dois países no período 2000-2015, tendo a relação destes com os EUA como aspecto relevante. A conclusão traz, sob a perspectiva dos acordos bilaterais pesquisados, o panorama das tentativas em erradicar o narcotráfico de seus territórios sob a liderança dos EUA e suas frustrações. Tais aspectos constituem-se campo fértil para o entendimento do possível enfraquecimento da hegemonia norte-americana na região.

Capítulo 1

Bolívia: do Plano Dignidade ao Estado Plurinacional

A Bolívia, desde sua declaração de independência (1809), sofre com recorrentes crises políticas, econômicas e sociais. O quadro histórico de instabilidade, aliado à exploração econômica e desigualdade, faz com que aquela nação figure na posição de um dos países mais pobres da América do Sul. A recente onda de estabilidade política desde meados dos anos 1980 sugere ali uma nova consciência política, que se não for hegemônica, ao menos se mostra capaz de conter ou assimilar forças antissistêmicas.

Na década de 1990 teve início a implementação das diretrizes do Consenso de Washington – conjunto de medidas elaboradas por economistas nos Estados Unidos da América – EUA que visava enquadrar a conduta dos países da América Latina aos ditames do Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial – BM, que podem resumir-se pelo encorajamento dos princípios do liberalismo econômico, sobretudo, pelas privatizações de empresas estatais, desregulamentação da economia e liberalização unilateral do comércio exterior. Sobre a questão, Moniz Bandeira (2005) argumenta que tais medidas eram similares àquelas que governos militares nos anos 1960, favorecidos e apoiados pelos norte-americanos, tentaram aplicar ou aplicaram sem sucesso nos países da América Latina, e adverte para o aumento da dependência dos países sul-americanos ao capital externo após a adoção das diretrizes do Consenso de Washington:

Somente no Chile, com enorme custo social e total desconsideração dos direitos humanos, obtiveram relativo êxito, sob a orientação dos *Chicago's Boys*. Elas (as medidas preconizadas no Consenso de Washington) se tornaram, porém, condição fundamental para que os países tanto do sul (América Latina, África e Ásia) quanto do Leste Europeu pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer assistência ou recurso do FMI e do Banco Mundial, Instituições criadas na conferência de Bretton Woods, e nas quais os EUA desde então foram o único país a ter efetivamente o poder de veto (BANDEIRA, 2005, p. 519).

A confluência de fatores históricos, como, por exemplo, a fragilidade econômica, a decadência da mineração, a adoção do receituário ortodoxo do FMI e a tradição do cultivo de folha de coca, propiciou rápido avanço do narcotráfico na Bolívia. O poder econômico dos narcotraficantes cooptou facilmente grande número de

famílias que sobreviviam abaixo da linha de pobreza e ampliou as áreas de cultivo de coca para suprir a demanda internacional de cocaína. Sob o comando dos EUA, o narcotráfico foi incluído nos assuntos de segurança para o continente e, após o fim da guerra fria (fins da década de 1980 e começo da de 1990) ganhou *status* de terrorismo, elevando a militarização das políticas antidrogas sob sua tutela (SANTOS, 2007).

Durante o governo de Hugo Bánzer Suárez (1997-2002) teve início o Plano Dignidade – conjunto de ações político-militar com participação ativa de militares norte-americanos, que visava, por meio da repressão sistemática da chamada guerra de baixa intensidade, erradicar o cultivo de coca. O Plano consistia em prevenção, desenvolvimento alternativo, interdição e erradicação de plantações – os pilares das políticas antidrogas na Bolívia até o rompimento do governo Morales com a ingerência dos EUA em assuntos internos.

Mesmo após mais de quatro décadas de guerra declarada contra o narcotráfico (considerando seu início em 1969, no governo Nixon) e após a morte ou captura de vários líderes do narcotráfico ou mesmo com o desmantelamento de importantes cartéis, o consumo de entorpecentes, sobretudo, a cocaína, não teve queda no período em questão, demonstrando a ineficácia das ações contra o narcotráfico internacional. As investidas militares norte-americanas desde a década de 1980 na Bolívia não obtiveram resultados expressivos no tocante à erradicação da folha de coca. Unidades de repressão para este fim foram criadas: as Unidades Móveis de Patrulha Rural – UMOPAR tinham o objetivo de empreender ações secretas nas áreas de plantio da folha de coca para desarticular a cadeia produtiva da cocaína. Embora esta fosse uma força policial constituída por militares bolivianos, os equipamentos e treinamento ficavam a cargo dos *Marines* e da *Drug Enforcement Administration* – DEA. Em 1991, após resultados pouco expressivos da UMOPAR, os EUA resolveram intervir de forma mais consistente na Bolívia. Sobre a questão, Marcelo Santos (2007, p. 198) assim resume a malfada operação:

Pode-se dizer que, com o lançamento da Iniciativa Andina, em 1989, que previa o aumento da ajuda econômica e militar para os países certificados, os EUA definitivamente regionalizaram o combate ao narcotráfico e consolidaram a estratégia de “guerra de baixa intensidade” na região. Logo, a fragilizada, dependente e subalterna diplomacia boliviana foi ajustada a essa nova ofensiva norte-americana. Em 1991 com a operação “Alvo Definitivo”, os EUA enviaram mais de 100 assessores militares do comando sul para treinarem os batalhões de Manchego e de Jordán de Ribalta. Os alvos a serem combatidos por esses batalhões eram os produtores de coca do Chapare, que passaram a ser tratados como criminosos, sofrendo

intermináveis violações de seus direitos pelas forças policiais e militares do Estado. Assim como as demais operações, essa ofensiva conseguiu diminuir momentaneamente algumas áreas de plantio, desalojar populações, reprimir protestos sociais e ferir direitos humanos, porém não conseguiu desmontar o narcotráfico.

Santos (2007) atentou para a incapacidade dos governos andinos de lidar com a questão do narcotráfico por meio do embate direto. Aquele autor ainda apontou a debilidade econômica daqueles governos como fomentador da atividade ilícita, além da ausência de uma política inclusiva, capaz de promover melhorias sociais às populações vulneráveis das regiões rurais aliciadas pelos narcotraficantes. Antes do aumento vertiginoso do cultivo de folha de coca em meados dos anos 1980, associado ao aprofundamento da dívida externa da Bolívia e seu respectivo aparelhamento por Washington, a produção de folha de coca concentrava-se na região de Yungas, Departamento de La Paz – tradicional reduto de produtores de coca.

Há milênios, a plantação de folha de coca tem estado plenamente integrada à cultura andina. O hábito milenar de mascar a folha de coca constituiu, ao longo do tempo, um valor social e cultural de incas, aimará, quéchuas, guaranis e outros povos da região dos Andes. O uso da folha como alimento nutritivo, substância terapêutica e medicinal e moeda de troca foi fundamental para a sobrevivência daqueles povos. É importante destacar que a folha de coca, que conserva todos os alcaloides da planta, não é o mesmo que a cocaína – um composto cristalino orgânico. Dos 14 alcaloides da folha, apenas um serve para fazer cocaína. Logo, a mastigação de coca e a absorção de cocaína não têm absolutamente nada em comum (TENA, 2000 apud SANTOS, 2007).

De fato, as tradições milenares dos povos andinos foram suplantadas por interesses exógenos. A hierarquização cultural que sofre os povos originários teve início com a colonização européia e, de certo modo, permanece cristalizada na perspectiva teleológica e eurocêntrica que define os povos em questão como primitivos. No entanto, quando se trata da Bolívia – país com mais de 60% da população indígena ou com descendência direta indígena –, tais elementos culturais constituem a identidade daquela nação. Tem-se, então, que por pressão externa, sobretudo, dos EUA, uma pequena parcela da população boliviana obrigava todo o montante do país a se enquadrar a normas com as quais nunca concordou, e a se calar diante da repressão de um hábito que se confunde com a própria história ancestral daqueles povos e que hoje constitui herança da fragmentada cultura.

Sob o manto da “defesa da democracia” e sustentando aparente legalidade, o Plano Dignidade, durante o governo de Hugo Bánzer Suárez, instituiu a Força Tarefa Conjunta – FTC, criada com o objetivo de otimizar a articulação entre os agentes e as agências bolivianas e norte-americanas; e ainda, contava com um efetivo de 500 mercenários da chamada Força Expedicionária – treinados, equipados e comandados por oficiais da DEA. Os agentes da FTC não apenas localizavam e destruíam as plantações de folha de coca, bem como invadiam e fechavam sindicatos ligados aos produtores e prendiam seus dirigentes, que eram encarados como traficantes (SANTOS, 2007).

O enfraquecimento das organizações sociais e sindicais que circundavam o universo dos *cocaleros* constituía mais que um efeito colateral das ações conjuntas de repressão; era uma etapa do Plano Dignidade. O item “Interdição” previa o fechamento de qualquer organismo que visasse, de alguma modo, promover a organização de produtores ligados ao cultivo ilícito. No entanto, os agentes da FTC acabavam por reprimir qualquer mobilização de massa que julgassem necessário, deixando claro o caráter antidemocrático do Plano Dignidade. Mas, os produtores não tardaram a se organizarem por uma unidade contra a opressão de um governo que não os representava e contra a ingerência estrangeira.

Quanto mais duras são as ameaças aos *cocaleros*, maior é a vitalidade do movimento e maior o apoio da população. As organizações *cocaleras* foram formadas com o objetivo de resistir à repressão. Seu discurso está centrado na defesa dos direitos humanos, na defesa da coca como fonte de recursos e também como “folha sagrada”, e por último na defesa de sua própria condição de população pobre estigmatizada pelas autoridades dos EUA (SANTOS, 2007, p. 201).

A luta pelo direito ao cultivo e consumo da folha de coca representa a luta pela sobrevivência da própria cultura milenar a qual aqueles indivíduos pertencem. Neste sentido, é legítima a reação dos movimentos sociais e sindicais pela unidade de massa contra inimigos comuns, à medida que ganhavam consciência de classe. A ascensão de Evo Morales tem suas origens na luta pela defesa dos direitos e a auto-afirmação daqueles que vivem da produção da folha de coca. Líder e voz dos *cocaleros*, Morales ganhou projeção nacional por seu incansável embate com as forças governistas que oprimia, de forma virulenta, este tradicional setor econômico do país, e conclamou a união de todos os setores carentes bolivianos a se unirem à causa dos produtores de folha de coca.

Morales teve sua trajetória política ligada aos sindicatos e às associações de *cocaleros*, sagrando-se dirigente da coordenação dos sindicatos de coca de Cochabamba em 1991. Mesmo depois de ocupar o cargo de presidente do país e ser reeleito com ampla maioria, em 2012, foi reeleito pelos produtores de coca da região Chapare-Cochabamba para coordenar a união dos seis maiores sindicatos, demonstrando a manutenção e o fortalecimento de sua base política. Após as eleições de 2005, que conduziu Morales à presidência do Estado boliviano, seu governo deu início às reformas prometidas em campanha, entre elas, a reforma agrária. O então presidente entrou em rota de colisão com os latifundiários ligados ao agronegócio exportador – setor com alto poder econômico e que controlava os departamentos (estados) onde se estabelecera. Criou-se, então, um movimento que prometia dividir a Bolívia. Em entrevista ao *Le Monde Diplomatique*, em 2009, o vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, assim relatou aos jornalistas sua percepção sobre o embate:

La prueba de esta voluntad confrontativa de la oposición minoritaria de derechas vino cuando convocó consultas departamentales sobre los estatutos autonómicos. Se trataba de una búsqueda de disputa de facto del poder político regional, de una suerte de “poder dual” regionalizado o escisión vertical para con la estructura del Estado. Llegado a ese punto, no había retorno: la derecha no estaba espuesta a ser incluida en el proyecto nacional-popular como fuerza minoritaria y dirigida, y optaba por la confragación territorial. La lucha por el poder se acercaba al momento de su resolución belica o final, en la medida en que, en última instancia, el poder do Estado es coerción. Esto es lo que denominamos “punto de bifurcación”, o momento en que la crisis de Estado, iniciada ocho años atrás, se resuelve ya sea mediante una restauración del viejo poder estatal, o bien mediante la consolidación del nuevo bloque de poder popular. Es o momento de inicio del nuevo orden estatal. Y todo ello mediante el despliegue, medición o confrontación de fuerza desnuda de los dos bloques polarizados. El punto de bifurcación es o momento excepcional, de corta duración, primario, pero decisivo, en el que “príncipe” abandona el lenguaje de la seducción y se impone por sus tácticas bélicas de coerción (SVAMPA, 2010, p. 140).

Este primeiro embate entre os latifundiários e a elite conservadora contra as classes historicamente marginalizadas que sustentavam o governo de Morales resultou em um acordo. Diante do poder econômico dos *terratenientes*, o governo evitou o acirramento das tensões com a promessa de que as reformas e a distribuição de terras não afetariam as propriedades privadas e produtivas. No entanto, o descontentamento das elites tornou-se latente à medida que as políticas de reestruturação da sociedade foram implementadas. A promulgação da nova Constituição, aprovada em janeiro de 2009, conferia aos povos indígenas e sua cultura *status* de bem protegido e legitimado pelo Estado. Logo, a vida dos produtores de coca, que depositaram suas esperanças no

antigo líder sindical e agora presidente de sua nação, começaria desprender-se, de fato, das amarras que perduravam nos resquícios do Plano Dignidade.

Um breve balanço entre o período neoliberal (1993-2003) e o governo de Evo Morales em seu primeiro mandato (2005-2009), em relação ao combate do plantio de folha de coca, é abordado por Stephanie Marie Antelo Dabdoub (2011, p. 49) em pesquisa para a Universidad de Palermo:

Otro aspecto que pone en evidencia la mayor permisividad del gobierno actual es la reforma a la ley de sustancias controladas 1008. Durante el periodo neoliberal, las administraciones se enmarcaron dentro de dicha ley, la cual establece como cultivo legal y tradicional 12 mil hectáreas, siendo el resto, cultivo ilegal. En contraparte, con Evo Morales, se buscó ampliar el límite legal hasta 20 mil hectáreas emitiendo una resolución ministerial que va en contra de la normativa 1008. Por otro lado, se puede afirmar que el gobierno del general Bánzer, con sus políticas de interdicción y un rol preponderante de las Fuerzas Armadas, fue el que más logros consiguió en materia de erradicación. Más aún, el promedio de erradicaciones durante la gestión gubernamental de Evo Morales es de 5.847 hectáreas, con Gonzalo Sánchez fue de 6.604 hectáreas y, finalmente con Bánzer fueron 10.378 hectáreas. Esto demuestra que durante los gobiernos neoliberales se llevó a cabo la mayor cantidad de erradicaciones en Bolivia.

Aquela autora denomina *permisividad* a posição do governo Morales em atender a demanda dos produtores de coca, em detrimento de um ditame que remete ao período neoliberal, que por seu desgaste em não responder aos anseios da população, foi substituído pela proposta do governo Morales. Dabdoub (2011) também atentou para a baixa área de plantio de folha de coca erradicada durante o governo Morales, ressaltando o êxito de governos anteriores que, de modo ‘legalmente’ armado, violentavam os agricultores e destruíam sua fonte de renda em prol da ortodoxia do Plano Dignidade.

A postura do governo Morales em oposição ao discurso da direita minoritária, à qual se referia o vice-presidente Álvaro Linera, deixa claro o caminho pretendido pelo governo e referendado pela população: o rechaço de qualquer forma de ingerência estrangeira em assuntos internos da nação, bem como a ampliação das políticas de bem estar social e promoção da valorização da cultura indígena.

A expulsão do embaixador norte-americano Philip Goldberg do território boliviano, em 2008, por Evo Morales, demonstra a ruptura, em algum grau, da relação centro-periferia que pautava a relação EUA-Bolívia. E ainda, vale destacara a expulsão, um ano antes, de oficiais da DEA e estrangeiros que integravam a FTC, provocando mudanças em toda a sistemática das políticas antidrogas em Bolívia. O caráter

repressor-proibitivo das ações de erradicação da folha de coca no período neoliberal foi substituído pelo diálogo e respeito aos produtores de coca.

Capítulo 2

Colômbia: do Plano Colômbia aos novos horizontes

A Colômbia, desde a assinatura do acordo bilateral com os Estados Unidos da América – EUA para a erradicação do narcotráfico sob a insígnia Plano Colômbia, em fins da década de 1990, aumentou consideravelmente seu aparato militar. Após 15 anos de maciços investimentos no setor, os resultados apresentaram-se insatisfatórios sob dois aspectos, a saber: 1) redução significativa da produção de cocaína; e, 2) melhoria de indicadores sociais em áreas rurais afetadas pela ação direta dos agentes de controle do cultivo de folha de coca. Com base nos aspectos em questão – os objetivos norteadores do acordo Colômbia-EUA –, o fracasso na melhoria destes quadros evidencia o próprio fracasso das políticas antidrogas ali existentes (e militarizadas), além das políticas sociais.

Em relatório expedido pelo Departamento Nacional de Planeación do governo colombiano, em comemoração aos 15 anos do Plano Colômbia, é evidente o caráter repressivo da estratégia. Ali se tem que, de cada U\$ 10 investidos, U\$ 7 foram para os setores de defesa e segurança, e apenas U\$ 3 para políticas sociais (PLAN COLOMBIA 15 AÑOS, DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2016). E ainda, segundo o mesmo relatório, houve uma escalada sem precedentes no contingente de militares tanto da polícia quanto das forças armadas, bem como no número de equipamentos (helicópteros e veículos de combate) e instalações militares. No entanto, o último relatório da *nited Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC, em parceria com o governo colombiano, aponta para o crescimento das áreas cultivadas com folha de coca em 39% no período 2014-2015 (UNODC, SENSO DE CULTIVO DE COCA. COLOMBIA, 2015; p.11)

A análise dos documentos em questão corrobora a afirmação de fracasso no combate ao narcotráfico na região em análise. Desde a vigência do Plano Colômbia foram gastos cerca de US\$ 9,94 bilhões no período 2000-2016, e a nação não logrou diminuir a produção de folha de coca ou a pobreza das áreas ditas sob influência do narcotráfico (EL ESPECTADOR. POLITICA, 03/Fev./2016).

Para Marcelo Santos (2007), a internacionalização das estratégias de paz no combate ao narcotráfico colombiano resultou em seu agravamento. Segundo aquele autor, a entrada dos EUA no conflito por intermédio do Plano Colômbia transformou um projeto de paz em um plano militar e contra-insurgente:

O Plano Colômbia de Pastrana, em sua versão original, não era isto. Quando começaram as conversações de paz entre o governo e as FARC no sul do país, foi desenhado um plano de investimentos produtivos e de investimento nas áreas pobres e isoladas do país e também ficou decidido que as FARC e o governo decidiriam os destinos dos recursos econômicos provenientes da comunidade internacional. Quando entraram os norte-americanos em cena em 1999, a primeira coisa que fizeram foi descartar as FARC das discussões sobre o emprego dos recursos econômicos do Plano Colômbia. Segundo, armaram um pacote de ajuda ao exército e tomaram o controle da guerra no sul. Desaparecia então todo o conteúdo de paz que tinha a versão inicial do plano, transformando-se em um plano antidrogas e contra-insurgente. As FARC repudiaram o plano sob a alegação de agressão ao processo de paz e, por consequência, seguiram a tarefa de continuar o conflito (WOLF, 2002 apud SANTOS, 2007, p. 185).

Conforme Bandeira (2005), a paz, no caso em análise, representaria uma perda de ganhos para a indústria armamentista norte-americana. O aporte financeiro para o Plano Colômbia estava especificado no acordo de cooperação: cerca de 80% para os setores de defesa e segurança, e o restante, para áreas sociais. Assim, tem-se evidente a proposta de intensificar a guerra. Em 15 anos de acordo de cooperação, a Colômbia adquiriu dos EUA 33 helicópteros Huey, 20 helicópteros Black Hawk, 13 aviões de fumigação blindados, quatro aviões de transporte C-27, dois aviões de transporte Grand Caravan, sete aviões de vigilância, 95 lanchas patrulheiras, oito barcos interceptores Midnight Express, além de capacitar em cursos de treinamento em guerra de contra-insurgência mais de 93 mil militares das forças armadas e policiais para atuarem no combate ao narcotráfico e contra os produtores de folha de coca (EL ESPECTADOR. POLITICA, 03/Fev./2016).

O estabelecimento do vínculo entre o narcotráfico e a guerrilha na Colômbia possibilitou o incremento das políticas de contra-insurgência tutelados pelos EUA. Desde o início das operações do Plano Colômbia estava previsto o aniquilamento dos grupos guerrilheiros (o Exército de Libertação Nacional – ELN e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC). As ações visavam enfraquecer as áreas controladas pela guerrilha, mesmo havendo regiões com grande produção de folhas de coca controladas por forças paramilitares de direita.

É necessário ter em conta que as zonas onde se concentram a ofensiva do Plano Colômbia são aquelas áreas onde o controle das guerrilhas insurgentes é predominante, enquanto se excluem grandes regiões cocaleras como o Urubá antioqueño e chochoano, Córdoba e a região de Catatumbo na fronteira com a Venezuela, lugares em que o controle territorial é quase exclusivo por parte dos grupos paramilitares de direita (OROZCO, 2004 apud SANTOS, 2007, p. 187).

O caráter beligerante em detrimento às negociações de paz fez do Plano Colômbia uma declaração de guerra do Estado colombiano, EUA e setores de direita contra os movimentos guerrilheiros que, a partir do tratado de cooperação, passaram para a categoria de narcotraficantes. Neste sentido, faz-se importante distinguir os atores deste conflito, quais sejam: os narcotraficantes são empresários, inseridos na estrutura socioeconômica local, que possuem uma poderosa rede de produção e exportação de ilícitos (seus produtos têm ampla demanda nos mercados norte-americano e europeu); os guerrilheiros são membros de organizações político-militar, de orientação socialista, que lutam contra o modelo econômico, social e político do país; os *cocaleros* são trabalhadores rurais, que cultivam coca por conta de seu alto preço de revenda e que, ocasionalmente, são forçados a migrarem de região em região fugindo da violência e miséria que assolam o campo colombiano. Diante do exposto, a relação da guerrilha com o narcotráfico não tornam os sujeitos supramencionados simbióticos, mas demonstra o quanto a economia colombiana é dependente dos recursos do narcotráfico (SANTOS, 2007).

A presença de agentes norte-americanos ligados a setores de segurança, defesa, informação e inteligência em solo colombiano, intensificada com a implementação do Plano Colômbia, pauta-se em motivos que extrapolam as ações do acordo de cooperação. Para os pesquisadores Luiz Alberto Muniz Bandeira (2005), Noam Chomsky (2005) e Marcelo Santos (2007), a presença de militares e agentes privados dos EUA em certas regiões obedece a estratégias de contra-insurgência, além de exercer pressão seletiva contra setores específicos. Nas áreas de maior ofensiva, bem como nos Departamentos de Nariño, Cauca e Putumayo, a ofensiva militar explica-se por estas serem regiões de grande reserva de petróleo e onde se tem gigantes petrolíferas norte-americanas (Texaco, Chevron, Eron,, entre outras) – empresas de alvo constante de ações da guerrilha, que teriam gasto milhões de dólares em *lobby* para a concretização do Plano Colômbia (SANTOS, 2007).

Chomsky (2005 apud SANTOS, 2007; p. 189-190), em visita à Colômbia em 2001, pode verificar *in loco* a realidade dos trabalhadores rurais de Cauca:

Estive no sul da Colômbia, em Cauca, localidade que, em 2001, ocupou a pior colocação do país em garantia de Direitos Humanos. O Estado é basicamente formado por índios, camponeses e afro-colombianos [...] Passei umas duas horas ouvindo depoimentos de camponeses pobres sobre o terrorismo que eles sofreram, pelo menos nos depoimentos que ouvi, veio do terrorismo direto norte-americano – a saber, a fumigação. A fumigação

destrói completamente a vida deles. Destrói sua lavoura e mata seus animais [...] Esses são, em sua maioria, cafeicultores pobres. A cafeicultura é complicada, os preços são baixos. Mas eles conseguiram cavar um nicho para si nos mercados internacionais de café organicamente produzido. Pois isso acabou. Uma vez destruídos os cafezais e fumigada e envenenada a terra, acabou-se. Não só a vida e as lavouras são destruídas, como também se destroem a biodiversidade e, de forma crucial, a tradição da agricultura camponesa [...] A fumigação é oficialmente justificada como “guerra às drogas”. É difícil levar isso a sério, a não ser para um disfarce para um programa de contra-insurgência e mais uma etapa da longa história de expulsar camponeses da terra, em benefício das elites ricas e da extração de recursos minerais por investidores estrangeiros.

A relação do Estado norte-americano e suas empresas é caso de longa data. Em sua obra *Formação do Império Americano*, Moniz Bandeira (2005) narra este intrincado jogo de interesses. As grandes empresas dos EUA contam com um poderoso aparato de proteção estatal. O Estado norte-americano exerce pressão política, econômica e, em último caso, militar, para fazer valer os interesses de suas empresas em todas as partes do mundo. Neste sentido, as empresas passam a confundir-se com o próprio Estado. Em um círculo vicioso onde os políticos apoiam as empresas e as empresas apoiam os políticos, os EUA configuram-se como um Estado-Empresa, ou uma empresa com força de potência econômica e armamentista mundial, subjugando toda e qualquer ameaça que vá de encontro ou se levante contra seus planos.

Voltando as atenções para a Colômbia, apesar da pressão dos EUA para manter seu poder de ingerência sobre assuntos nacionais na Colômbia, na história recente do país, têm-se tentativas de solução do conflito armado entre o Estado e a guerrilha. As mais recentes foram as tentativas de Andrés Pastrana (1998-2002), interrompida pelo Plano Colômbia, e Juan Manuel Santos, à frente do governo colombiano desde 2010 e que tenta negociar a paz com os movimentos de guerrilha. Pastrana mantinha as negociações em avançado estágio de entendimento entre as partes. Na época estabeleceu-se uma área desmilitarizada, onde as negociações ocorreriam. No entanto, as negociações arrefeceram-se rapidamente; setores governistas ligados ao tradicionalismo de direita acusavam as FARC de estarem se beneficiando da chamada zona de distensão para reunir forças e organizar seu exército, enquanto os guerrilheiros queixavam-se do fato de o governo não combater as ações de grupos paramilitares de direita contra as FARC nos limites da área desmilitarizada. As negociações foram encerradas quando da entrada dos EUA no conflito por intermédio do Plano Colômbia.

No período 2002-2010, sob o comando do então presidente Álvaro Uribe, a Colômbia vivenciou um dos períodos mais beligerantes entre as FARC e o governo. Apoiado pelos norte-americanos e contando com grandes recursos advindos do Plano Colômbia, Uribe empregou todo o poderio militar disponível contra os guerrilheiros. Seus objetivos principais eram: a desarticulação logística das FARC e a retomada dos territórios ocupados pelos guerrilheiros, que se estimava em 40% da área total da nação, concentrando-se basicamente em regiões de densa floresta e áreas montanhosas. Após oito anos de governo, no entanto, Uribe viu sua popularidade cair ante os resultados de sua política de enfrentamento sistemático contra os guerrilheiros. Se por um lado logrou-se um relativo enfraquecimento do poder de fogo das FARC, por outro, a repressão indiscriminada aos camponeses, sob a alegação de que estes apoiavam os guerrilheiros, fez-se mais relevante para os cidadãos colombianos. Sofrendo de um relativo desgaste perante a sociedade civil, o Plano Colômbia, desde a ascensão do sucessor de Uribe, Juan Manuel Santos, passa por uma reordenação estratégica, onde o governo tenta novamente o diálogo para a paz.

Em 2011, o governo de Juan Manuel Santos reiniciou a aproximação com as forças guerrilheiras para tratar sobre o fim do conflito. Os primeiros diálogos se deram de forma sigilosa; as duas partes recebiam outro fracasso como ocorrido durante o governo Pastrana. Foram estabelecidas zonas neutras para se debater um possível acordo: Cuba e Noruega, o primeiro por escolha da guerrilha e, o segundo, por opção do governo. Cerca de um ano após iniciado o diálogo, Álvaro Uribe – ex-presidente da Colômbia e conhecido colaborador dos EUA – acusou Santos de negociar de forma clandestina com as FARC. Santos argumentou que o início reservado dos diálogos tinha o propósito de acelerar a aproximação entre as partes. Apesar da campanha de setores contrários às negociações pela paz, os diálogos continuaram. Em cinco anos de encontros foram acordados pontos considerados vitais para o futuro entendimento e fim das hostilidades, quais sejam: reforma agrária; formação de juntas comunitárias em áreas rurais isoladas e que sejam representadas no parlamento; participação das FARC no processo eleitoral e criação de partido político; desarmamento integral dos grupos guerrilheiros; colaboração da guerrilha para a erradicação manual de ilícitos, sem que se extinga o cultivo de plantas ancestrais; entre outros (MESA DE CONVERSACIONES, CUBA, 2013).

As referidas reivindicações são demandas históricas de uma parcela da população colombiana que, por motivos diversos, estiveram por décadas à margem do processo político da nação. Os trabalhadores rurais e os guerrilheiros lutam, cada um a seu modo, por maior participação no jogo democrático e por mudanças estruturais no Estado. Os primeiros, através de seus sindicatos e associações de classe; os segundos, através do conflito armado, por entenderem não haver, até então, perspectiva de diálogo com os mandatários. Assim, trazer os setores em questão para construir uma agenda nacional que possibilite a paz e o bom funcionamento das instituições do país constitui importante passo para uma Colômbia menos desigual e inclusiva.

Tem-se, portanto, uma clara mudança de postura do governo Santos em relação ao governo Uribe. Mesmo que o atual presidente tenha estado diretamente envolvido na sistemática do conflito durante o governo Uribe (por ter sido Ministro da Defesa), em seu mandato, diferentemente de seu antecessor, vem dando sinais de privilegiar a conciliação em lugar da manutenção do conflito armado. A mudança de postura, ao se tratar da Colômbia, tradicional parceiro e defensor dos valores e interesses dos EUA na região, reflete a adoção de novos paradigmas para a solução de problemas internos.

Capítulo 3

Plano Dignidade e Plano Colômbia em perspectiva comparada

A luta de Bolívia e Colômbia contra o narcotráfico em seus territórios com o auxílio direto dos Estados Unidos da América – EUA teve como capítulo mais relevante as implementações do Plano Dignidade e Plano Colômbia, respectivamente. Em tempos recentes, a maior ingerência norte-americana nos assuntos internos daquelas nações coincidiu com o fim da guerra fria. Assim, os acordos de cooperação serviram aos propósitos geopolíticos dos estadunidenses, em detrimento dos problemas aos quais se propunha solucionar.

A fim de evidenciar os danos causados pela violência das estratégias adotadas em Bolívia e Colômbia, em cumprimento aos acordos supramencionados, faz-se necessária uma breve comparação entre os resultados obtidos no período 2000-2015, que se refere ao início das ofensivas nos países signatários destes acordos de cooperação com os EUA, além de englobar a assunção à presidência de Evo Morales na Bolívia (2006) e Juan Manuel Santos na Colômbia (2010).

Desde 2003, a Organização das Nações Unidas – ONU mantém atuante a *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC em solos boliviano e colombiano, trabalhando em conjunto com esses países no monitoramento de cultivos de ilícitos por satélite e planejamento para formas alternativas a estes cultivos. Tanto Bolívia quanto Colômbia apresentam elevados índices de produção de folha de coca desde o início dos monitoramentos. A diferença está no modo como estes lidam com o problema. Assim, enquanto o governo Morales rompeu com o auxílio dos norte-americanos e promoveu uma política antidrogas desmilitarizada e em consonância com os *cocaleros*, o então presidente do Estado colombiano, Álvaro Uribe, intensificou a ofensiva militar nas regiões produtoras de coca, de certa forma continuada por seu sucessor, Juan Manuel Santos.

Após uma década e meia de políticas antidrogas, partindo dos Planos Dignidade e Colômbia, os resultados mostraram-se tão distintos quanto as táticas de seus países no combate ao narcotráfico: enquanto na Bolívia, os relatórios apontam para a estabilização do cultivo de folha de coca em 2015 e, desde 2014, para a diminuição da produção por quatro anos consecutivos, na Colômbia, no mesmo período, a produção continua crescendo, chegando a 39% de aumento de área cultivada (SENSOS UNODC BOLÍVIA/COLÔMBIA, 2015; passim.).

Os dados supramencionados refletem o fracasso das políticas proibicionistas com uso de forças militares espelhadas no modelo dos EUA de repressão ao narcotráfico. A aproximação para um acordo de paz entre o governo colombiano e os guerrilheiros sinaliza para a tomada de novos paradigmas, onde se reconheça a inclusão de grupos marginalizados do espectro político em prol da coesão nacional. O destaque nos relatórios da UNODC para o ano de 2015 se dá na diferença de área cultivada com folha de coca nos países em questão. Apesar do longo período de repressão das forças armadas e da Força Tarefa Conjunta – FTC, a Colômbia conta com 96.000 hectares de área de cultivo, enquanto a Bolívia, apenas 20.200 hectares (SENSOS UNODC BOLÍVIA/COLÔMBIA 2015; passim.).

Para além da questão das drogas, Bolívia e Colômbia apresentam índices distintos quando se observam os dados estatísticos referentes às taxas de pobreza. No período 2003-2014 tem-se uma redução de 28,2% na taxa de pobreza na Bolívia, enquanto na Colômbia, contando com o aporte financeiro dos EUA, a redução ficou em 21,8% (CEPAL, 2016).

Os dados, em suma, evidenciam o antagonismo de resultados entre os modelos de políticas de combate às drogas nos países pesquisados. O total apoio do Estado colombiano aos ditames de Washington conduziu aquela nação à escalada de violência entre a tríade governo-grupos guerrilheiros-narcotraficantes junto aos trabalhadores rurais, com atentados aos direitos humanos por todos os lados. Enquanto na vizinha Bolívia, a ruptura com o modelo norte-americano e a adoção de políticas inclusivas para a população mais carente, notadamente aquelas que vivem nas zonas rurais, levou a nação a melhorar seus índices de bem-estar social. Os dados levantados pela agência da ONU não deixam dúvidas quanto ao avanço do Estado boliviano no combate às drogas.

A reformulação das estruturas sociais levada a cabo pelo governo de Evo Morales configura na tentativa de reparação histórica aos danos causados pelo colonialismo. Em *Teoria Política Latino-Americana*, Aníbal Quijano (apud ARAÚJO, 2009, p. 29) aponta para a relação de colonialidade imposta à América Latina desde a chegada dos europeus:

A vasta e plural história de identidades e memórias (seus nomes mais famosos são todos conhecidos, Maias, Astecas, Incas) do mundo conquistado, foi deliberadamente destruída e sobre toda a população sobrevivente foi imposta uma única identidade, racial, colonial e derogatória, “índios”. Assim, além da destruição de seu prévio mundo histórico-cultural, foi imposta a esses povos a ideia de raça e uma identidade

racial, como emblema de seu novo lugar no universo do poder. E, pior, durante 500 anos, foi-lhes ensinado a olhar-se com o olho do dominador.

A relação de colonialidade apontada por Quijano (apud ARAÚJO, 2009, p. 33) compõe historicamente o lugar da América Latina no sistema mundial de comércio e trabalho e, por meio da violência inerente do colonialismo, se expandiu às demais regiões dominadas:

Este novo padrão de poder (o capitalismo mundial) se baseava na articulação dos novos sistemas de dominação social e de exploração do trabalho, se construía, e se configurava como um produto central da relação colonial imposta na América. Sem ela, sem a violência colonial, não haveria sido possível a integração entre esses novos sistemas, menos ainda sua prolongada reprodução. Assim a colonialidade era-é- o traço central inerente, inescapável, do novo padrão de poder que foi produzido na América. Nisso se fundava e se funde sua globalidade.

Aníbal Quijano (apud ARAÚJO, 2009) evidencia a histórica submissão imposta antes pelos países europeus, e agora, pelos EUA. As ações que vão de encontro à relação de subalternidade na região foram e são contra-atacadas pelo ímpeto imperialista norte-americano. As conhecidas intromissões nos processos políticos dos países da região que levaram as derrubadas de governos constituídos pelo voto popular durante o século XX, bem como o apoio às sangrentas ditaduras, caracterizam as relações dos EUA com a América Latina. Neste sentido, o jogo democrático nos países da região, quando não atende aos interesses de Washington, é rapidamente, por meio de propaganda financiada por este último, ofendido com termos próprios dos classificados “inimigos da democracia”: populista, ditadura, comunista, esquerdista, entre outros; ou, quando falham as estratégias difamatórias por meio da propaganda, os países são assaltados e tem saqueada sua soberania em nome da “restauração da democracia”.

As mudanças de rumo na condução das relações com os EUA, mesmo quando não configuram significativas mudanças estruturais, como no caso colombiano, servem como parâmetro para avaliar o grau de ingerência que os norte-americanos ainda exercem sobre a região. Se em um passado recente, o alinhamento à política externa estadunidense constituía preceito quase unânime pelas ditas democracias latino-americanas, atualmente este se encontra em questionamento, ou até mesmo abandonado, como no caso boliviano.

Conclusão

A análise dos acordos bilaterais de cooperação entre Bolívia e Colômbia com os Estados Unidos da América – EUA denominados Plano Dignidade e Plano Colômbia, respectivamente, proporcionam um panorama da recente mudança de postura dos países latino-americanos em pauta frente à participação norte-americana em seus assuntos internos. A presença norte-americana na região esteve sempre acompanhada do viés imperialista. Os interesses por trás da dita “defesa da democracia” não escondiam seu caráter economicista, voltado ao lucro de suas empresas. O desaparecimento do perigo comunista da época de guerra fria não significou o desaparecimento da presença estadunidense na região; ao contrário, outros inimigos “surgiram” para legitimar sua continuidade.

O narcotráfico e o terrorismo assumiram a prevalência nas pautas de defesa e segurança dos EUA e passaram a fazer parte também das prioridades latino-americanas sob a velha máxima que diz: “o que é bom para a América é bom para os americanos”, com base na política de boa vizinhança da década de 1930, onde a América são os EUA e os americanos os habitantes do continente. Tal postura imperialista perdurou por quase todo o século XX com o apoio de governos submissos que calavam a oposição pela violência. De certo modo, a adoção de uma política dependentista e atrelada à economia dos norte-americanos dificultou ou impediu que a região aqui analisada trilhasse para uma realidade diferente da que se apresenta.

Diante do exposto, as linhas que se seguiram não tiveram o propósito de discorrer sobre os rumos econômicos pelos quais a América Latina trilhou. No entanto, é incontestável o fato de que os EUA, pelo menos desde o século passado, são ativos protagonistas da história regional.

Neste sentido, a pesquisa observa, no contexto dos planos de cooperação analisados e seus desdobramentos, um sinal de desgaste desta tradicional relação centro-periferia, no caso colombiano, e a ruptura, no caso boliviano. A pesquisa evidenciou a forte presença dos EUA em solo boliviano e colombiano quando da implementação dos acordos e o fracasso em solucionar os problemas aos quais se propunham. Como fator determinante para a escalada de violência em Bolívia e Colômbia, a ação militarizada cumpriu mais o papel de reprimir setores sociais “impertinentes” que diminuir ou enfraquecer significativamente o narcotráfico.

Os dados da *United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC são conclusivos em evidenciar os latentes fracassos de 15 anos de Plano Colômbia. Apesar do discurso oficial comemorar vitórias contra o narcotráfico local, quando comparados com os da vizinha Bolívia, os resultados evidenciam uma realidade diferente. As políticas de erradicação compulsória e fumigação, praticadas pelo governo colombiano, não surtiram efeito na produção total de folha de coca; ao contrário, prejudicou a saúde dos habitantes destas áreas e outras produções, como, por exemplo, a de café na região de Cauca (CHOMSKY, 2005), agravando ainda mais o quadro econômico e social daquela empobrecida região.

Em sentido contrário, em 2007, a Bolívia abandonou as políticas preconizadas no Plano Dignidade. Com ações de valorização do homem do campo e de respeito à cultura ancestral dos povos da região, em conjunto com a colaboração dos produtores de folha de coca, aquela nação logrou paulatinamente reduzir o volume total de produção de folha de coca, sem que isso representasse o agravamento da condição econômica. Os *cocaleros* bolivianos saíram da condição de “elementos colaboradores do narcotráfico”, durante a vigência do acordo bilateral com os EUA, e passaram à posição de fiscais dos plantios não autorizados ou ilícitos. Ou seja, constituem peça-chave para a redução ao abastecimento do narcotráfico. Assim, a produção de folha de coca atingiu a marca de 20.200 hectares em 2015, contra 69.000 hectares colombianos de área cultivada (SENSOS UNODC BOLÍVIA/COLÔMBIA, 2015; *passim*).

A histórica relação pautada apenas na lógica centro-periferia, que se orientava pela manutenção dos interesses hegemônicos dos EUA na região, passa, em certa medida, por um processo de mudança. A proximidade temporal dos acontecimentos impede uma análise mais consistente. No entanto, é possível identificar elementos que apontam para a diminuição da ingerência norte-americana na região: partindo da ruptura da Bolívia com o Plano Dignidade, e a adoção de uma estratégia de paz que privilegia o diálogo, implementada pelas partes beligerantes na Colômbia, contrariando, em tese, os projetos de guerra continuada de baixa intensidade preconizados no Plano Colômbia, é possível observar o relativo enfraquecimento do poder de persuasão norte-americano.

Ampliando tal perspectiva para outros países da região, constata-se que a presença de governos e partidos no jogo político que se opõem abertamente aos interesses norte-americanos tornou-se significativa. As lutas por melhorias sociais ganham volume em diferentes países. O modelo neoliberal da década 1990 deixou feridas na região que impedem seu esquecimento e impossibilitam sua volta. A

complexidade das formas que compõem as relações dos diversos países latino-americanos com os EUA requer uma pesquisa mais aprofundada. Assim, o que se pode inferir da breve análise apresentada é que as mudanças de rumo elencadas apontam para a chegada de uma nova realidade.

Fontes Primárias

BASE DE DATOS Y PUBLICACIONES ESTADÍSTICAS, CEPAL. 2016. Disponível em: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/perfilesNacionales.asp?idioma=e

LAS CIFRAS DEL PLAN COLOMBIA, El Espectador, Política. 3/Fevereiro/2016.

MESA DE CONVERSACIONES, Cuba, 2013. Disponível em: <https://www.mesadeconversaciones.com.co/sites/default/files/AcuerdoGeneralTerminacionConflicto.pdf>

MONITOREO DE CULTIVOS DE COCA-BOLIVIA, Oficina de las Naciones Unidas Contra la Droga y el Delito-UNODC. 2016

MONITOREO DE CULTIVOS DE COCA-COLOMBIA, Oficina de las Naciones Unidas Contra la Droga y el Delito-UNODC. 2016

PLAN COLOMBIA 15 AÑOS, Departamento Nacional de Planeación, Colômbia, 2016. Disponível em: <https://www.dnp.gov.co/Paginas/Plan-Colombia-DNP-15-a%C3%B1os.aspx>

Bibliografia

ARAUJO, AMADEO (organizadores), *Teoria Política Latino-Americana*, São Paulo, FAPESP, 2009.

DABDOUB, Stephanie Marie Antelo, *El Narcotráfico en Bolivia: un estudio comparado del mandato presidencial de Evo Morales Ayma y el período neoliberal de 1993 a 2003*. Licenciatura en Relaciones Internacionales, Universidad de Palermo, 2011.

MONIZ BANDEIRA, Alberto Luiz, *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

NOVIÓN, Jacques Ibáñez de, *A Ideia de Segurança Continental: uma análise dos planos Dignidade, Colômbia e Puebla-Panamá*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2005.

PRADO, Maria Lígia Coelho, *Repensando a História Comparada da América Latina*. Revista de História 153-2º, 2005.

ROJAS, Andrés Hernando Matiz, *Política Antidrogas de Estados Unidos para América Latina*. Nuevos Paradigmas de las Ciencias Sociales Latinoamericanas, Vol.IV, nº 7, 2013.

SANTOS, Marcelo, *O Poder Norte-Americano e a América Latina no Pós-Guerra Fria*. São Paulo, FAPESP, 2007.

SVAMPA, Maristella, *Debatir Bolivia: perspectivas de un proyecto de descolonización*. 1ª Ed. Buenos Aires, Aguilar, Taurus, Alfaguara, 2010.